

**GESTOS DE SILENCIAMENTO E AUTORIA NO LIVRO DIDÁTICO DO
ENSINO MÉDIO DA ÁREA DE LINGUAGENS: UMA LEITURA DE
ARQUIVO**

**SILENCING GESTURES AND AUTHORSHIP IN HIGH SCHOOL
TEXTBOOKS IN THE AREA OF LANGUAGES: AN ARCHIVE READING**

João de Deus Leite¹

Universidade Federal do Norte do Tocantins

Andreia Nascimento Carmo²

Secretaria de Educação e Cultura do Tocantins

Nilsa Brito Ribeiro³

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo: Neste artigo, temos por propósito analisar o modo como uma notícia oriunda da formação discursiva jornalística foi reacomodada no âmbito da formação discursiva pedagógica, tendo por enfoque o livro didático do Ensino Médio da área da Linguagens. Salientamos que a (re)formulação desse texto no domínio discursivo pedagógico é instituída a partir do apagamento de determinados recortes textuais no fio intradiscursivo. Ancorados teórica e metodologicamente na Análise de Discurso materialista de base pecheuxtiana, ressaltamos que esse apagamento não é contingente. Portanto, consideramos pertinente abordar uma especificidade do funcionamento da autoria: a produção do arquivo constitutivo do livro didático, levando em conta a sua inscrição no interior dos Aparelhos Ideológicos. Fundamentamos e produzimos nossos gestos de interpretação, tomando o nosso *corpus* analítico na forma de recortes discursivos para, em seguida, examinarmos as sequências discursivas que nos ajudam a compreender o modo como os processos discursivos de apagamento instituídos no eixo da formulação provoca o silenciamento de sentidos que são possíveis, mas que, pela relação de forças, estão interditados. As análises evidenciam que na passagem de uma formação discursiva para a outra os efeitos de sentido produzidos são distintos, e, a partir dos mecanismos de apagamento, interditam-se as discursividades não filiadas à formação discursiva pedagógica.

Palavras-chave: Gestos de silenciamento; Autoria; Arquivo; Livro didático.

Abstract: In this article, we aim to analyze how news arising from journalistic discursive training was rearranged within the scope of pedagogical discursive training, focusing on the Secondary

¹ Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); professor da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: joaodedeus@mail.uft.edu.br.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT); é professora de Língua Portuguesa e Inglesa do Ensino Fundamental e Médio pela Secretaria de Educação e Cultura do Tocantins (SEDUC/TO). E-mail: andreiacarmo@professor.to.gov.br.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); é professora do Instituto de Letras, Linguísticas e Artes (ILLA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: nilsa@unifesspa.edu.br.

School textbook in the area of Languages. We point out that the (re)formulation of this text in the pedagogical discursive domain is instituted from the erasure of certain textual clippings in the intradiscursive thread. Anchored theoretically and methodologically in the pecheuxian materialist Discourse Analysis, we emphasize that this deletion is not contingent. Therefore, we consider it pertinent to approach a specificity of the operation of authorship: the production of the constitutive archive of the textbook, taking into account its inscription within the Ideological Apparatuses. We base and produce our interpretation gestures, taking our analytical corpus in the form of discursive clippings, and then examining the discursive sequences that help us understand how the discursive processes of erasure instituted in the formulation axis cause the silencing of meanings that are possible, but which, due to the relationship of forces, are prohibited. The analyzes show that in the passage from one discursive formation to the other, the effects of meaning produced are different, and, from the erasure mechanisms, discursiveness not affiliated to the pedagogical discursive formation is prohibited.

Keywords: Silencing gestures; Authorship; Archive; Textbook.

Submetido em 15 de fevereiro de 2023.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2023.

Considerações iniciais

No processo de constituição e de formulação do arquivo do livro didático, há uma característica específica no trabalho da autoria de apropriar-se de discursos instituídos em outros campos discursivos e (re)formulá-los para uso escolar. Considerando os discursos jornalístico e o pedagógico, se olharmos para o eixo da formulação, observaremos arranjos distintos, mas, ao atentarmos para o eixo da constituição, verificaremos uma relação constitutiva entre ambos, sobretudo, em aspectos como a “função de informar” os seus interlocutores e, sendo essa a sua atribuição principal, o consequente efeito de discurso neutro, imparcial e verdadeiro.

É pertinente ressaltar que, na passagem de uma formação discursiva para a outra, – considerando, com base em nosso aporte teórico na Análise de Discurso de base pecheuxiana, que toda formação discursiva é constitutivamente heterogênea e movediça, portanto, não há grupos fechados e homogêneos – os arranjos textuais têm os sentidos alterados. O sujeito na função-autor trabalha nesse entremeio em que os sentidos que significavam de um modo passam a produzir efeitos distintos. O meio de circulação dos dizeres não é partidário, portanto, a formação discursiva pedagógica não se constitui de uma simples repetição dos dizeres oriundos de outras formações discursivas, como salienta Orlandi (2001), “em cada passo, o sentido se formula, se elabora, se estabelece” (ORLANDI, 2001, p. 30).

A partir desse entendimento, ressaltamos que em nosso estudo concentramos a atenção sobre o modo como o silenciamento de sentidos está funcionando a partir da

(re)formulação de dois textos acomodados no âmbito do livro didático. Partimos do fundamento de que o Ensino Médio no Brasil é uma etapa escolar de conclusão da educação básica, que visa à formação da juventude de todas as classes sociais, seja para o ingresso nos cursos de nível superior (classes alta e média), seja para se formar cidadãos e cidadãos aptos a exercerem a função de operários (classe baixa) ou de proprietários nas relações de produção-reprodução capitalista no mundo do trabalho (classe alta e média).

O arquivo do livro didático demarca ‘o que’ e ‘como’ se ensina, apresentando os conteúdos e as atividades que deverão ser ensinadas/aprendidas no âmbito escolar. Neste ponto, aludimos à função referencial do livro didático preconizada por Choppin (2004), quando o autor esclarece que “ele [o livro didático] constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações” (CHOPPIN, 2004, p. 553). Destacamos a importância do rigor na qualidade dos conteúdos que instituem esse arquivo, tendo em vista que ele constitui parte dos componentes fundamentais para a promoção de qualidade do processo de ensino e de aprendizagem na educação básica.

Em posse desse entendimento, tomamos o livro didático como um documento de arquivo que ora se prende à (re)produção dos saberes autorizados pelos Aparelhos Ideológico, ora abre lugar para a deriva dos sentidos. É nesse lugar de deriva que a atualização do dizer se torna possível, ou seja, esse é um espaço de liberdade ilusória para o funcionamento da autoria no processo de produção do arquivo. É, também, nesse lugar que a autoria em sua função enunciativa e social se dirige para o efeito “de originalidade e de responsabilidade, como se os sentidos nascessem no sujeito” (MITTMANN, 2016, p. 10), tendo em vista o espaço de autoria dos(as) professores(as) e dos(as) alunos(as) no âmbito da sala de aula.

Para dizermos da perspectiva teórica a que nos filiamos, enfatizamos que o arquivo constitutivo do livro didático é instituído no interior dos Aparelhos Ideológicos. Portanto, tratamos de pensar o viés em que os documentos governamentais referentes ao nosso objeto de estudo se pautam. Sendo assim, com o intuito de compreender as regulamentações institucionais e para nos situarmos frente às condições de produção do livro didático em que circulam o nosso *corpus*, verificamos fontes documentais, como o edital do *Plano Nacional do Livro Didático* (PNLD) (BRASIL, 2015), a *Constituição brasileira* (BRASIL, 1988) as *Diretrizes Curriculares Nacionais* (BRASIL, 2013), os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) (BRASIL, 2000) para o Ensino Médio, entre outros.

1 Incursões teóricas em perspectiva

Nesta seção, apresentamos o recorte teórico no qual nos fundamentamos, tendo por base o campo epistemológico da Análise de Discurso materialista preconizada por Michel Pêcheux ([1983], 2015). Trabalhamos a partir da perspectiva de que é possível articular a ideia de autoria, de arquivo e de silêncio em uma relação constitutiva. Essa articulação ganha contornos pelo modo como estamos dimensionando a associação dessas categorias teóricas entre si e as suas implicações na forma em que o livro didático de Língua Portuguesa vem sendo tratado no âmbito da (re)formulação dos textos oriundos de outras práticas discursivas⁴.

No quadro teórico da AD pecheuxtiana, a noção conceitual de sujeito não se mistura com o sujeito empírico. Por essa perspectiva, trata-se de uma questão (re)elaborada por Michel Pêcheux ([1983], 2015), a partir das suas incursões nas pesquisas de Louis Althusser (1985), pelas quais compreendemos que o indivíduo se torna sujeito, quando é interpelado ideologicamente. Nessa esteira, Pêcheux ([1983], 2015) também desloca para a Análise de Discurso a visão althusseriana de ideologia, concebendo-a como um mecanismo de funcionamento das diferenças nas relações sociais entre os grupos de classes. Importa-nos ressaltar, ainda, que somados ao campo epistêmico discursivo estão as condições de produção (relações de forças) e a língua, concebida como a base material dos processos discursivos (constituição, formulação e circulação dos dizeres). São por esses processos que analisamos o modo de produção de sentidos e compreendemos a sua relação com a exterioridade. Sendo assim, tomamos a linguagem como opaca, portanto, passível de equivocidade. Com efeito, como veremos mais adiante, os sentidos não são evidentes.

Pela perspectiva discursiva que assumimos, ser sujeito é tomar posição. De maneira efetiva, o sujeito está determinado a tomar posição em relação a algo, isto é, ele está deliberado a interpretar. Consoante às elucidacões de Pêcheux ([1983], 2015), o lugar da interpretação é estabelecido pelos pontos de deriva possíveis oriundos de enunciados linguisticamente descritíveis. Em vista disso, compreendemos esse gesto como efeito da ideologia. Salientamos que se trata de efeito, porque, conforme pondera Pêcheux ([1983], 2015), “há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse ‘outro’ próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, a

⁴ No âmbito deste artigo, os gestos de reacomodação na passagem de uma formação discursiva para a outra são realizados por meio do apagamento de recortes determinados que, na formação discursiva jornalística surge como ponto de apoio, enquanto na formação discursiva pedagógica configuraria excesso (interdição).

existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar” (PÊCHEUX [1983], 2015, p. 53, grifo do autor).

Nessa relação, instituem-se filiações sócio-históricas nas quais os sujeitos se inscrevem e, assim, podem produzir sentidos. Em outros termos, a tomada de posição já é em si uma interpretação, isto é, decorre daí um batimento com os gestos de leitura possíveis, para resultarem as produções de sentidos. Na esteira pecheuxtiana, o sentido é um efeito, esta noção conceitua o objeto da Análise de Discurso: o discurso. Então, se a interpretação implica a produção de sentidos, temos que a interpretação se torna efeito ideológico.

Portanto, salientamos que a tomada de posição é um efeito ideológico. Nessa medida, sujeito é um efeito ideológico. Com essa assertiva e considerando que o sujeito e os sentidos se constituem mutuamente, compreendemos que a produção de sentidos está para a ordem do inconsciente. Dessa maneira, os sentidos são produzidos de acordo com o modo em que eles se materializam nos processos discursivos. Nesses processos, cumpre ao sujeito apagar, no e pelo jogo entre inconsciente e ideologia, dada a ilusão necessária, outros modos de materialização possíveis para os sentidos e, assim, assumir uma posição discursiva. Neste ponto específico, esse apagamento trata-se do esquecimento nº 02.

A partir dessa noção, Althusser (1985) categoriza o aparelho do Estado em aparelho repressivo do Estado e traz-nos à luz os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) como o Religioso, o Escolar, o Familiar, o Político, o Jurídico, o Cultural, o de informação etc., designados como “certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1985, p. 68). A partir de então, o autor nos esclarece que há relações antagônicas de controle ou de acordo das práticas discursivas nas formações sociais e que essas relações são sustentadas pelo duplo funcionamento tanto do aparelho repressivo do Estado (violência) como dos Aparelhos Ideológicos do Estado (ideologia). O que os diferencia, essencialmente, é que no aparelho repressivo há o predomínio da repressão, enquanto nos Aparelhos Ideológicos prevalece a ideologia.

À vista dessas observações, enfatizamos, juntamente com Althusser (1985), que não há aparelho “unicamente repressivo” ou “puramente ideológico” (ALTHUSSER, 1985, p.70). A partir dessas reflexões, destacamos a heterogeneidade constitutiva dos aparelhos (repressivo e ideológicos) do Estado. Isso implica que ambos os aparelhos dão sustentação uns aos outros, à medida que eles estão sustentados pela classe trabalhadora,

numa relação de classes em que a classe dominante (superior) sustenta-se sobre as classes dominadas (inferiores).

Para darmos continuidade ao nosso trabalho e, a fim de alcançarmos o objetivo de discutirmos questões que abordem o funcionamento da autoria, em consonância com o que viemos apresentando na subseção anterior, ressaltamos que no âmbito das formações discursivas há aquilo que Pêcheux ([1975], 2014) designou de forma-sujeito ou sujeito do saber. Nas palavras do autor, a forma-sujeito do discurso pode ser caracterizada “como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 154-155), tais como a memória discursiva, o pré-construído e o discurso transverso. Sendo assim, é pelo efeito da forma-sujeito que se encobre a ilusão do sujeito de ser a origem do dizer, por meio do funcionamento do esquecimento nº 2 – que está para a ordem da enunciação, “controle” do dizer. Isso ocorre de tal forma (ideológica), que o interdiscurso surge de maneira naturalizada no fio do dizer, de modo que ele pareça inegável, indubitável.

Dessa maneira, ressaltamos, ainda, que o pré-construído remetido “àquilo que todo mundo sabe” (PÊCHEUX [1975], 2014, p. 159), elemento do interdiscurso, determina o sujeito, estabelecendo o seu assujeitamento de modo inconsciente por meio da forma-sujeito, ou seja, sob a ilusão da liberdade do sujeito do discurso. Nesse sentido, a forma-sujeito é uma forma histórica que sustenta os conhecimentos já sabidos, isto é, ela suporta a inscrição da evidência dos sentidos. Nessa esteira, ressaltamos outro elemento interdiscursivo, o discurso transverso: “o funcionamento do discurso com relação a si mesmo” (PÊCHEUX [1975], 2014, p. 153). É o dito presente em relação aos ditos anteriores e aos futuros. A seguir, apresentamos um excerto de Pêcheux ([1975] 2014), com o intuito de endossar as nossas considerações acerca da noção de pré-construído e discurso de transverso. Vejamos:

o interdiscurso enquanto discurso transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita (PÊCHEUX [1975], 2014, p. 154, grifos e itálicos do autor).

A ideia de sentido evidente torna-se possível pela filiação histórica do conhecimento na forma-sujeito, e esse fato decorre de um processo ideológico, estabelecendo dois efeitos, a saber: de que o sujeito é a origem do dizer (esquecimento nº 1) e; que o sujeito pode controlar o seu dizer (esquecimento nº 2), conforme já destacamos anteriormente. Em vista disso, ao referirmos à forma-sujeito, estamos considerando uma

correspondência ao Sujeito Universal. Sendo assim, salientamos que a forma-sujeito do discurso é regularizada pela formação discursiva dominante.

À vista disso, pensar a autoria do livro didático implica considerá-la a partir da representação do início, o efeito de origem do enunciado nas práxis sociais, em uma relação de unidade e de efeito de homogeneização dos sentidos que se quer ou que se pode transmitir. Cabe ressaltar que essa relação decorre consoante com as condições de produção dos discursos. Por conseguinte, as condições de produção geram os processos discursivos de produção-reprodução de discursos. Isto é, elas comportam os processos discursivos. Com base nos estudos de Orlandi (2012a), os processos discursivos envolvem três momentos consideráveis na mesma proporção: o momento da sua constituição; da sua formulação e da sua circulação. Consideramos, a seguir, as palavras da referida autora:

[o]s processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente relevantes: 1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; 2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e 3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (ORLANDI, 2012a, p. 09).

Como podemos observar pelo excerto anterior, os processos discursivos ancoram as produções discursivas. O momento da constituição do discurso desdobra-se a partir do efeito ideológico, sob tudo o que já foi dito (interdiscurso); a formulação está para a ordem do intradiscurso, o fio do dizer, em que se atualizam (re)formulações do discurso; a circulação se refere ao modo como os discursos circulam na sociedade, o trajeto do discurso, a via em que se (re)produz o dizer. Para Pêcheux ([1975] 2014), a locução “processo discursivo” designa “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PECHÊUX [1975], 2014, p. 148). Nesse sentido, toda enunciação advém de um processo discursivo, tendo em vista que a possibilidade do dizer nasce no encontro do interdiscurso (constituição) com o intradiscurso (formulação), em certas condições de produção (circulação).

Estamos considerando a noção de autor, como “uma função da noção de sujeito, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (ORLANDI, 2020, p. 70). Nessa circunscrição, na autoria está a instituição de uma função: a função-autor. Ainda segundo Orlandi (2020), “a função-autor se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim” (ORLANDI, 2020,

p. 71). Em outras palavras, a função-autor instaura a posição discursiva do sujeito, portanto, instala posições-sujeito afetadas ideologicamente.

De acordo com Mittmann (2011), a função-autor é responsável pelo efeito de autoria. E, ainda, “o gesto de autoria se dá por um movimento de tensão (traduzido em confronto, aliança, sobreposição etc.), a partir da inscrição do sujeito em uma formação discursiva” (MITTMANN, 2011, p. 98). Ou seja, a autoria concomitante aos seus efeitos (unidade e origem do dizer) decorre das relações de forças entre o sujeito e a forma-sujeito dominante. À vista disso, a autoria se estabelece como um efeito ideológico em que o sujeito, assumindo a função-autor, “consegue formular, no interior do formulável, e se constituir [como autor], com seu enunciado, numa história de formulações” (ORLANDI, 2020, p. 71). Desse modo, todas as formulações (re)produzidas a partir da função-autor devem estar inscritas no interdiscurso, na medida em que “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável” (ORLANDI, 2020, p. 71). Isto é, aquilo que o sujeito diz, escreve ou (re)produz, por meio da linguagem, deve estar filiado ao pré-construído, à memória discursiva, ao repetível.

Sob o quadro teórico que nos ampara, observamos que a materialidade da linguagem é constituída tanto pela memória como pelo esquecimento. Essa premissa requer levar em consideração que todas as formas de manifestações da linguagem instalam, concomitantemente, sentidos que se mostram e sentidos que se escondem. Orlandi (2007), ao teorizar sobre os sentidos do silêncio (fundador, constitutivo e local), ressaltou que “todo dizer é uma relação com o não-dizer” (ORLANDI, 2004, p. 12). Sendo assim, compreendemos, juntamente com a autora, que o silêncio está nas palavras; as palavras exalam silêncio. Em outros termos, o silêncio transcende a linguagem.

Ainda no âmbito das considerações de Orlandi (2007), o silêncio é a exterioridade da linguagem. Isso implica dizer não que o silêncio está fora, porém, o contrário: o silêncio é intrínseco à linguagem. Nessa perspectiva, ressaltamos que, ao passo que o interdiscurso está para a ordem do dizível (exterior do discurso), o silêncio diz respeito ao indizível (exterior da linguagem). Nessa medida, sempre que enunciamos, invariavelmente, algo fica de fora. O dizer apaga, (in)voluntariamente, outros dizeres possíveis. Desse modo, não conseguimos abarcar a linguagem e o sentido em sua totalidade. Não podemos dizer tudo, isso é da ordem do irrealizável.

Assim, consoante com o que viemos abordando sobre as noções de autoria e de arquivo, cujas considerações teóricas permitem-nos refletir a respeito do modo de constituição desses dois fundamentos, por meio dos quais direcionamos o nosso olhar

para a heterogeneidade constitutiva da linguagem, destacamos que o silêncio também é heterogêneo. Isto é, o silêncio é estabelecido na multiplicidade de sentidos. Dessa forma, o silêncio se configura como contingente, pois a sua inscrição está prevista, mas continua em estado de possibilidade até o momento da enunciação. Portanto, na esteira de Orlandi (2007), o silêncio sempre pode ser outro. Ele instaura a heterogeneidade. A autora em menção distingue o silêncio em duas categorias, a saber: 1) o silêncio fundador/fundante; 2) a política do silêncio, que está subdividida em: a) silêncio constitutivo e b) silêncio local.

Em relação à categoria 1), entendemos que o silêncio “é o não-dito”; “não é o nada”; “ele tem significância própria”; “o silêncio não é mero complemento da linguagem”; ele “é garantia do movimento de sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 23); e, ainda, “o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras [...] que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 2007, p. 24). A partir de então, estamos compreendendo que todas as palavras são carregadas de silêncio, tendo em vista que o discurso só pode ser atualizado no enunciado e, portanto, o silêncio fundador se constitui como diversas possibilidades de enunciação mantidas em certa pendura. Valendo-nos desta compreensão, no mínimo espaço entre o que ainda não é e o que está por ser, funda-se o estado de silêncio. Em outras palavras, na hiância que existe iminente à enunciação, isto é, no instante ínfimo da tomada de posição do sujeito, está o movimento dos sentidos possíveis, o silêncio que é fundante. Visto dessa forma, o silêncio fundador não pode ser apreendido, pois ele está no real, ou seja, no exterior à linguagem.

Para afiançar as reflexões que estamos viabilizando, ancoramo-nos mais uma vez em Orlandi (2007), quando ela propõe pensar a linguagem como excesso e não o silêncio como a falta. Para a autora, a linguagem corrente já sistematizou essa possibilidade pelo uso de algumas expressões, a saber: “*estar em silêncio/ Romper o silêncio; guardar o silêncio/ Tomar a palavra; ficar em silêncio/ Apropriar-se da palavra*” (ORLANDI, 2007, p. 31, itálicos da autora). Nessa perspectiva, Orlandi (2007) assume o silêncio como estado primeiro e a linguagem como categorização do silêncio, na medida em que ela se institui como o recorte da significação. Sendo assim, o silêncio não é transparente, o seu sentido varia (ORLANDI, 2006), ele atravessa as palavras e não disponibiliza evidência. Em suas reflexões sobre o indizível, Mariani (2017) aponta que “[n]o silêncio, os sentidos também deslizam, os equívocos também se produzem” (MARIANI, 2017, p. 35). Portanto, o silêncio não é fixo.

No que diz respeito ao silêncio constitutivo, este “nos indica que para dizer é preciso não-dizer” (ORLANDI, 2007, p. 24), isto é, em todo ato enunciativo, há um apagamento necessário para que se possa enunciar. No que concerne ao silêncio local, Orlandi (2007) pondera que ele “se refere à censura propriamente” (ORLANDI, 2007, p. 24). O silêncio local se remete ao que é proibido de enunciar em uma dada situação, ou seja, ele se reporta ao que não é permitido (re)formular em dadas condições de produção. Assim, a política do silêncio é o silenciamento, ou seja, é pôr em silêncio.

No tocante ao silêncio local, vale, ainda, destacar que a censura, segundo Orlandi (2007), age sobre o que o sujeito está conjecturado a saber, dado o lugar social que ele ocupa. Consideremos, a seguir, as próprias palavras da autora:

[...] a censura é função da posição do sujeito, ou seja, do seu lugar de produção de sentidos no conjunto do dizível. Pela censura, o sujeito é impedido de ocupar posições consideradas proibidas porque produzem sentidos proibidos. O sujeito é proibido de circular pelas formações discursivas (ORLANDI, 2007, p. 139).

Não é tudo que se permite declarar. Há enunciados que devem ser mantidos em silêncio para, então, “esconderem” sentidos não autorizados. Dessa forma, “o silenciamento, são os sentidos que impõem limites” (ORLANDI, 2015c, p.53). Esse é o mecanismo de produção do silenciamento: ditar o que deve ser dito e silenciar o que não deve ser lembrado. Nesse sentido, o silêncio local apaga o que não se pode anunciar em dada conjuntura. Ele proíbe o estabelecimento de certas posições discursivas. Cumpramos ressaltar que o silenciamento, sobretudo, em relação ao silêncio constitutivo, sucede pelo nível do mecanismo ideológico.

Pela perspectiva lógica, Fabio Tfouni (2013), em busca de verificar as condições para a existência da linguagem, assume que tanto o silêncio como o discurso são criados por uma operação linguística: uma interdição. A partir dessa assertiva, o autor conceitua o interdito como “um impedimento estrutural e estruturante ao dizer completo, impedindo que se diga tudo, e, por isso mesmo, permitindo que se diga algo” (TFOUNI, 2013, p. 40). Com base em Orlandi (2007), Fabio Tfouni (2013), também, concorda com o estatuto fundador e constitutivo do silêncio, porém, considera necessário o interdito, que, segundo ele, também é constitutivo e fundador do discurso e da linguagem. Dessa maneira, segundo o autor, o movimento de sentidos instituído pelo silêncio só seria possível por meio do corte do interdito.

Desse modo, compreendemos que o interdito surge como um modo de nomear um elemento operacionalizador linguístico, por meio do qual se funda um dizer e um não

dizer. Na esteira de Orlandi (2007), entendemos que “a linguagem é passagem incessante das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras” (ORLANDI, 2007, p. 70). Assim, assinalamos que a proposição de Fabio Tfouni (2013) aponta para certa equivalência de nosso embasamento teórico; diríamos que essa operação, mais do que linguística, é linguageira e se refere à tomada de posição do sujeito, tendo em vista que para enunciar é preciso tomar partido por determinados enunciados e, portanto, ‘abandonar’ outros. Isto é, não dizemos tudo, mas apenas, algo.

Com o objetivo de costurar os nossos apontamentos sobre a autoria, o arquivo e o silenciamento, cujos pressupostos teóricos incidem sobre a perspectiva discursiva, compreendemos que o efeito-autoria se funda na medida em que o sujeito projeta as representações do outro e de si mesmo oriundas das formações imaginárias, ‘selecionando’ os recortes que ficam e os que não ficam na instância da enunciação. Isto é, o efeito-autoria se institui na injunção em interpretar, na tomada de posição, na incumbência de produzir sentidos e não sentidos, isto é, linguagem e silêncio. No que diz respeito ao arquivo, tomamo-lo como espaço de estabelecimento de dizeres, de regularização dos enunciados, de ordenamento dos sentidos, de produção do silenciamento, mas também concebemo-lo como lugar da opacidade, do equívoco, da deriva. Em relação ao silêncio, campo de espera da enunciação que se transmuta em silenciamento, essa política do silêncio sinaliza a linguagem como fundadora do dizer e do não se deve deixar dizer. O silenciamento ‘percorre’ pela autoria e perdura na constituição do arquivo.

É com base nesse quadro teórico que propomos versar as nossas considerações metodológicas e analíticas, pensando o livro didático como objeto simbólico, isto é, um objeto suscetível de ser representado de formas diversas, em sua materialidade significativa, por meio da qual propomos tecer gestos de leituras possíveis, a partir das suas múltiplas condições de significação.

2. A (re)formulação textual no e pelo livro didático: o que (não) pode e (não) deve ser dito

Nesta seção, apresentamos os gestos de leitura que produzimos a respeito do *corpus* investigativo selecionado para o desenvolvimento da nossa análise. O cerne dessa investigação está traçado a partir do interesse no modo como a notícia “*Rompimento de barragens atinge dois distritos em Mariana*” (MG) (CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 206-207) foi acomodada no âmbito do livro didático de Língua Portuguesa do

Ensino Médio. De acordo com o que já elucidamos no decorrer deste artigo, nesse processo de acomodação, certos recortes foram apagados da referida notícia.

Nessas condições, dedicarmo-nos à notícia identificada por Recorte Didático 1 (RD1) – recortes apresentados a partir da formação discursiva pedagógica – e por Recorte Didático 2 (RD2) – recortes apresentados a partir da formação discursiva jornalística. Buscamos expor ao leitor uma visualização do conteúdo tematizado nos textos para, posteriormente, aprofundarmo-nos aos nossos gestos analíticos. Dessa forma, expusemos a matéria publicada na formação discursiva jornalística para, subsequentemente, versarmos sobre pontos do dizer que, da nossa perspectiva, instituem efeitos de homogeneidade aos discursos. É relevante salientar que os textos em análise são constituídos por linguagem verbo-visual⁵.

Consoante com o que já pontuamos no decurso do nosso recorte teórico, estamos considerando que a supressão de certos elementos que compõem um texto se configura como um efeito de autoria, na medida em que se pode antecipar, com base nas formações imaginárias, efeitos de sentido a serem produzidos no decorrer das leituras realizadas, tendo em vista que cada parte do texto é importante para o seu desenvolvimento como um todo. Dessa maneira, o modo de constituição do arquivo do livro didático está correlacionado com a posição discursiva assumida pelo sujeito que ocupa o lugar de autor ou de editor responsável pela sua (re)produção.

Os processos discursivos pelos quais se originam os textos acomodados no âmbito do livro didático são instituídos pela tomada de posição do sujeito na função-autor inscrito em determinadas formações discursivas e sob o ordenamento regularizado no interior dos Aparelhos Ideológicos (ALTHUSSER, 1985). Cabe-nos ressaltar que, embora esse efeito (de autoria) busque controlar o norteamento dos sentidos, isso não pode ser efetuado de maneira totalizante, haja vista que, da perspectiva discursiva, a linguagem é opaca, portanto, a partir dela, pode-se produzir sentidos múltiplos.

3 Gestos de leitura sobre a notícia: da seleção à supressão

Mostramos os nossos gestos de leitura a respeito da notícia oriunda do campo discursivo jornalístico e que foi acomodado no mesmo livro didático de Língua Portuguesa em estudo. Trata-se de uma notícia que aborda discursividades que, da nossa

⁵ No âmbito deste artigo, vamos usar a terminologia imagem(s) ou foto(s) para nos referirmos diretamente ao não verbal.

perspectiva, parece não causar desconforto diante dos Aparelhos Ideológicos Escolar e do Estado, cujo tema é o rompimento de duas barragens em Minas Gerais. Na visão discursiva, a supressão de recortes textuais não é fortuita. Desse modo, destacamos que o silêncio local (silenciamento) também recai no tratamento de textos que versam sobre temas que, hipoteticamente, não desestabilizam a produção dos sentidos regularizados institucionalmente. Na formação discursiva jornalística, esse texto foi divulgado na página *online* do *site* Folha Uol, no dia 06 de novembro de 2015, intitulado “Rompimento de barragens atinge dois distritos em Mariana (MG)” (FOLHA, 2015, [s.p]) e circulou no referido *site*, com acesso livre para os leitores interessados.

Assim, para procedermos a nossa análise, destacamos que, se considerarmos as características estruturais do campo jornalístico, o texto foge do modelo habitual, tendo em vista que não há um lide após o título da notícia em questão. No que se refere à sua dimensão, a depender das configurações do documento, ela pode ter uma extensão entre três ou quatro páginas em um padrão A4. Ressaltamos que o corpo do texto é composto por linguagem verbo-visual. Em seus dizeres, mostra-se um fato em que duas barragens se romperam e atingiram dois distritos de Mariana, deixando um número ainda não divulgado de pessoas mortas ou desabrigadas. Nessa esteira, revela-se que entre 25 a 30 funcionários trabalhavam no momento do ocorrido. Em seguida, temos as informações com o horário e o local específico do acidente, a saber: 15h e 30 minutos em Bento Rodrigues. Ainda na notícia, foi relatado que, inicialmente, a Samarco, mineradora responsável pelas barragens, havia divulgado que apenas uma barragem havia sido rompida.

Na sequência, surge uma imagem, cuja foto foi registrada pelo *Google Maps*, expondo um mapa da região com as marcações de distância entre os pontos em que a tragédia aconteceu e as cidades vizinhas. Posteriormente, pode-se observar a informação de que o diretor-presidente da empresa confirmou, por meio de vídeo em rede social, que duas barragens romperam na unidade industrial de Germano. A notícia também informa que a enxurrada destruiu casas, arrastou veículos e caminhões. Apesar da lama ter atingido o distrito de Paracatu de Baixo, os moradores foram avisados pela Guarda Municipal de Mariana e muitas pessoas foram levadas para o abrigo improvisado na Arena Mariana e outras foram para outro abrigo não especificado.

Em continuação, no tópico intitulado ‘Morte’, temos no primeiro parágrafo o dado que afirma a morte de um dos funcionários da Samarco no local da tragédia. Logo nos parágrafos posteriores, o texto é direcionado para a questão dos abalos sísmicos que

ocorreram na região pouco antes de acontecer o rompimento das barragens, referindo-se aos relatos oriundos da Samarco e dos moradores. Em seguida, informa-se que reforços do corpo de bombeiros de Belo Horizonte e de Ouro Preto, guardas municipais também de outras cidades e homens do Exército foram e outros mais seriam enviados para a cidade isolada, Mariana. Ainda neste tópico, surge uma foto com diversas pessoas, roupas e colchões em um espaço que indica um dos abrigos.

O tópico subsequente intitulado ‘Abrigo’ é iniciado com a informação de que a prefeitura (não há indicação de qual cidade) preparou dois espaços para os desabrigados. Nos parágrafos seguintes, abordam-se outras informações como a estimativa do número de pessoas que estavam no local na hora do acidente; a lamentação do diretor-presidente da Samarco via vídeo divulgado na internet; a falta de incerteza sobre as causas e a extensão do ocorrido; e a afirmação de que a empresa responsável havia se mobilizado para atender as pessoas e abrandar os danos ambientais. Por fim, neste tópico, podemos observar o dado de que 15 funcionários ainda não haviam sido localizados pelos bombeiros de Belo Horizonte e de Ouro Preto até a noite daquela quinta-feira.

Em seguida, logo no primeiro parágrafo do tópico ‘Meio ambiente’, temos a informação de que a Companhia de Saneamento de Minas concluiu, após vistoria, que o caso não havia afetado nenhum manancial que integra um dos sistemas de abastecimento da região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo podemos notabilizar ainda neste tópico, os parágrafos subsequentes se referem ao inquérito aberto pelo Ministério Público de Minas Gerais para apurar as causas do acidente, as responsabilidades e o impacto do rompimento da barragem. Nessa esteira, o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto descarta se tratar de um acaso. Informa-se, ainda, que a última concessão de licença para a barragem possui data de 2013 e que não havia nenhum problema na época. Na sequência, a notícia anuncia que a presidente – na época – Dilma Rousseff disponibilizou as forças nacionais ao serviço de ajudar no resgate dos desaparecidos.

No último tópico, intitulado ‘Outros casos’, trata-se de acidentes anteriores envolvendo outras barragens. Assim, são mencionados o local e o número de mortos dos referidos acidentes, a saber: 2014 em Itabirito (Barragem da Mineradora Herculano), três trabalhadores mortos; 2009 em Cocal (Barragem Algodões 1), oito pessoas mortas; cinco anos antes (2004) em João Pessoa (Barragem de Camará), três pessoas mortas. Por fim, também são relatados alguns transtornos causados pelo rompimento dessas barragens como os deslizamentos e os alagamentos que deixaram milhares de pessoas desabrigadas.

A partir da nossa incursão primeira, no que se refere à notícia recém-descrita, destacamos que na instância do seu processo de reacomodação no âmbito do livro didático, há a supressão de determinados recortes em proveito de outros. Os processos discursivos que regem a reacomodação da notícia mantêm certa parte dela, e o restante é excluído como se o texto tivesse chegado ao fim da sua extensão.

Dessa forma, apresentamos, a seguir, os nossos gestos de leitura; começamos com os recortes apresentados no e pelo livro didático, para, posteriormente, analisarmos aqueles recortes que foram apagados com o intuito de mostrarmos como o texto significa com esse apagamento.

De acordo com o que já elucidamos, o arquivo do livro didático é constituído por um conjunto de saberes institucionalizados, isto é, pelos conhecimentos escolares concebidos como indispensáveis à formação do sujeito, segundo às regularizações de Aparelhos Ideológicos, como, por exemplo, o Escolar, o Estado e a Igreja. Nesse cenário, sublinhamos que a seleção daquilo que compõe os saberes direcionados para o campo escolar deve estar inscrito no interior das formações discursivas pedagógicas. Como todo processo discursivo, a instituição, a formulação e a circulação, que constitui a reacomodação dos textos no âmbito do livro didático, possuem um atravessamento ideológico. Assim, como já realçamos, na passagem de uma formação discursiva para outra, os dizeres têm os seus sentidos transformados. Direcionando-nos, para o nosso trabalho, um texto reacomodado em uma formação discursiva pedagógica, que institui a produção do ‘novo’, ou seja, ele não é mais o mesmo texto formulado na formação discursiva jornalística.

Para continuarmos os nossos gestos analíticos diante do nosso *corpus*, seguimos com a forma de sequências discursivas, pelas quais observamos o modo como está sendo narrado o acidente que aconteceu na região de Mariana, em Minas Gerais. Consideremos o recorte do livro didático apresentado na Figura abaixo.

Figura 1 – RD1

FOCO NO TEXTO

Leia a notícia que segue.

Rompimento de barragens atinge dois distritos em Mariana (MG)

DE SÃO PAULO

Ao menos dois distritos de Mariana (116 km de Belo Horizonte) foram atingidos por um “tsunami de lama”, após o rompimento de duas barragens de uma mineradora, na tarde desta quinta-feira (5).

Os bombeiros e a prefeitura da cidade ainda não tinham confirmado número de vítimas nem desabrigados até às 6h30 desta sexta (6), mas havia de 25 a 30 funcionários na empresa.

206 UNIDADE 3 EM BUSCA DA VERDADE

O acidente ocorreu por volta das 15h30, em Bento Rodrigues, a 15 km do centro de Mariana. Inicialmente, a Samarco havia divulgado, em nota, que apenas a barragem de Fundão tinha rompido.

À noite, o diretor-presidente da empresa Ricardo Vescovi informou em um vídeo, publicado em página de rede social, que duas barragens romperam na unidade industrial de Germano, localizada entre as cidades de Mariana e Ouro Preto. Ele disse que a segunda barragem rompida é a de Santarém.

A força da enxurrada destruiu centenas de casas, arrastou veículos e caminhões. Um carro chegou a parar em cima do muro de uma casa.

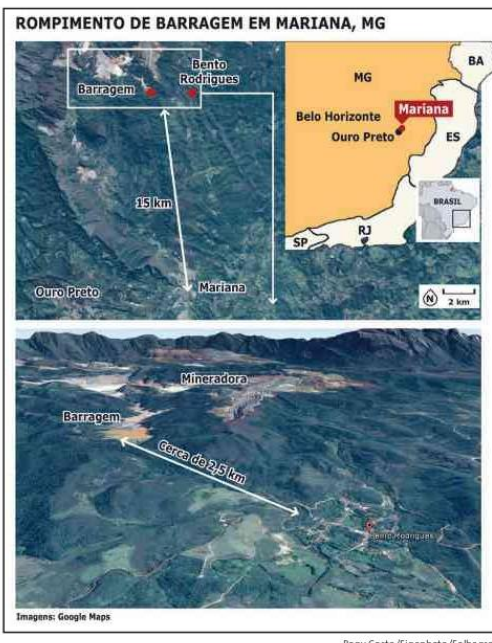
Na noite desta quinta, a lama já tinha atingido o distrito de Paracatu de Baixo e destruído ao menos 30 casas, segundo informações da Guarda Municipal de Mariana.

A tragédia só não foi maior em Paracatu de Baixo porque a Guarda conseguiu avisar os moradores a tempo de deixarem suas casas.

Muitas pessoas foram levadas ao abrigo improvisado para os desabrigados na Arena Mariana e outras buscaram abrigo em uma região de mata na parte mais alta de Paracatu de Baixo, de acordo com a Guarda Municipal.

[...]

(Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1702906-rompimento-de-barragens-atinge-distritos-em-mariana-mg.shtml>. Acesso em: 15/1/2016.)



PRODUÇÃO DE TEXTO

Fonte: CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 206-207.

No que diz respeito a essa notícia que estamos analisando, observamos, pelo recorte discursivo apresentado no livro didático (RD1), que o apagamento de certas seqüências discursivas, aparentemente, não está integralmente associado à preocupação do conteúdo do texto, tendo em vista que, de modo geral, as informações mostradas correspondem, em maior parte, com aquelas que foram apagadas. Dessa forma, estamos

entendendo que os informes apresentados pela notícia em questão, supostamente, não geram, na esfera escolar, tanto incômodo.

É pertinente notar que, na formação discursiva pedagógica, predominam as sequências discursivas com informações generalizadas, mas que apontam certas especificidades, que, da nossa perspectiva, empenham-se para tornar visível o efeito de “liberdade do sujeito” na função autor no âmbito da produção do arquivo do livro didático, como podemos verificar pela SD1: “[a]o menos dois distritos de Mariana (116 km de Belo Horizonte) foram atingidos por um ‘tsunami de lama’, após o rompimento de duas barragens de uma mineradora, na tarde desta quinta-feira (5)” (CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 206); e pela SD2: “[o]s bombeiros e a prefeitura da cidade ainda não tinham confirmado número de vítimas nem desabrigados até às 6h30 desta sexta (6) mas havia de 25 a 30 funcionários na empresa” (CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 206). Podemos observar, prontamente, um movimento do trabalho da autoria, que, concomitantemente, seleciona passagens de uma notícia, que ora se aproximam do permitido pelas instituições regulamentadoras, ora se mostram ‘imparciais’, cumprindo a missão de informar seus interlocutores.

As sequências discursivas, a seguir, ajudam-nos a corroborar esses apontamentos, ao apresentar o nome da empresa e de um dos seus funcionários responsáveis, logo nos parágrafos subsequentes: SD3 “Inicialmente, a Samarco havia divulgado, em nota, que apenas a barragem de Fundão tinha rompido” (CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 207); SD4 “À noite, o diretor-presidente da empresa Ricardo Vescovi informou em um vídeo, publicado em página de rede social, que duas barragens romperam na unidade industrial de Germano, localizada entre as cidades de Mariana e Ouro Preto” (CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 207). Essas sequências, que trazem informações tanto gerais como específicas, possibilitam-nos considerar que, hipoteticamente, não há preocupação em se deixar ver dados que provavelmente implicam a tomada de posição dos agentes encarregados pelo tratamento e pela resolução do problema.

Juntamente com esses e outros dados, destacamos, do RD1, mais uma sequência discursiva, a SD5: uma imagem fotografada por satélite mostrada no livro didático, oriunda da notícia exibida na formação discursiva jornalística, que apresenta um mapa da região de Minas Gerais, apontando, por meio de setas e de indicações com os nomes e o distanciamento dos municípios, a localização em que aconteceu o acidente, cujas barragens haviam tido rompimento. Dessa forma, compreendemos que a foto está sendo usada para ilustrar ao leitor, principalmente, as informações realocadas sobre o local do

acidente, como uma forma de afiançar aquilo que foi afirmado pelos recursos linguísticos. É importante ressaltar que o teor dos assuntos tematizados no âmbito das formações discursivas pedagógicas repercute no modo como eles serão abordados.

Esse entendimento parte da observação feita ante à maneira em que o conteúdo foi tratado no espaço da reportagem analisada anteriormente: com recortes alternados; e, à forma na qual as discursividades apresentadas na notícia em questão foram abordadas: com recortes até certa passagem do texto. Sublinhamos, neste ponto, a expressão de dois modos desiguais de se recortar os textos em análise. No entanto, da nossa perspectiva teórica, nesse processo de acomodação dos textos de uma formação discursiva para outra, sucede, em ambos os textos, um apagamento não aleatório, tendo em vista, principalmente, os assuntos que tendem a se direcionar para a dispersão dos sentidos. Assim, sublinhamos que não são todos os conteúdos que causam algum tipo de embaraço frente às instituições regulamentadoras do objeto do discurso, mas, essencialmente, o tratamento dado a eles.

Em outras palavras, compreendemos que há assuntos que podem ser tematizados no campo escolar sem, hipoteticamente, exigir maior rigor institucional, no que diz respeito à constituição do arquivo do livro didático. Tratam-se daqueles assuntos que não tocam no ponto melindroso da moral e dos bons costumes religiosos judaico-cristãos. Ainda assim, cabe-nos salientar que há interdição, apagamento, silenciamento, na abordagem de assuntos que, imaginariamente, são concebidos, supostamente, como neutros ou imparciais. Frente ao que estamos circunstanciando sobre o processo de acomodação da notícia em pauta, observemos o nosso próximo recorte discursivo, apresentado na Figura 2 abaixo.

Figura 2 – RD2

Rompimento de barragens atinge dois distritos em Mariana (MG)

DE SÃO PAULO

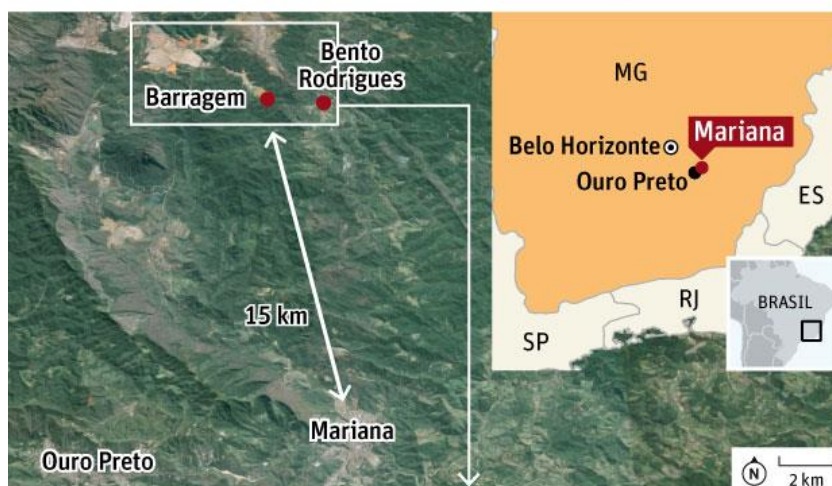
06/11/2015 05h55

Ao menos dois distritos de Mariana (116 km de Belo Horizonte) foram atingidos por um "tsunami de lama", após o rompimento de duas barragens de uma mineradora, na tarde desta quinta-feira (5).

Os bombeiros e a prefeitura da cidade ainda não tinham confirmado número de vítimas nem desabrigados até às 6h30 desta sexta (6), mas havia de 25 a 30 funcionários na empresa.

O acidente ocorreu por volta das 15h30, em Bento Rodrigues, a 15 km do centro de Mariana. Inicialmente, a Samarco havia divulgado, em nota, que apenas a barragem de Fundão tinha rompido.

ROMPIMENTO DE BARRAGEM EM MARIANA, MG



Imagens: GoogleMaps

À noite, o diretor-presidente da empresa Ricardo Vescovi informou em um vídeo, publicado em página de rede social, que duas barragens romperam na unidade industrial de Germano, localizada entre as cidades de Mariana e Ouro Preto. Ele disse que a segunda barragem rompida é a de Santarém.

A força da enxurrada destruiu centenas de casas, arrastou veículos e caminhões. Um carro chegou a parar em cima do muro de uma casa.

Na noite desta quinta, a lama já tinha atingido o distrito de Paracatu de Baixo e destruído ao menos 30 casas, segundo informações da Guarda Municipal de Mariana.

A tragédia só não foi maior em Paracatu de Baixo porque a Guarda conseguiu avisar os moradores a tempo de deixarem as casas.

Muitas pessoas foram levadas ao abrigo improvisado para os desabrigados na Arena Mariana e outras buscaram abrigo em uma região de mata na parte mais alta de Paracatu de Baixo, de acordo com a Guarda Municipal.

MORTO

Na hora do rompimento, um funcionário da empresa Samarco, responsável pela barragem de contenção de rejeitos, morreu no local. Sofreu uma parada cardíaca, segundo Sérgio de Moura, diretor do Metabase (sindicato dos trabalhadores na indústria de mineração de Mariana).

Segundo Moura, a Samarco disse que houve abalos sísmicos na região às 14h. O observatório da USP registrou, a 22 km do local, tremor de 2,55 na escala Richter, mas considerado de baixo impacto (com até 3 na escala, nem costuma ser sentido pelas pessoas). O rompimento ocorreu uma hora e meia depois.

A Guarda Municipal informou que também ouviu relatos de moradores da região que disseram ter sentido o abalo sísmico seguido de um estrondo. Uma hora depois, a lama tomou conta de tudo.

Sete carros dos bombeiros de Belo Horizonte, dois de Ouro Preto e helicópteros com cães farejadores foram enviados a Mariana, que foi isolada. A cidade não possui bombeiros militares, apenas civis.

Guardas municipais das cidades de Ouro Preto, Contagem, Nova Lima e Betim também seguiram à cidade para prestar ajuda. Homens do Exército serão enviados à região.



ABRIGO

A prefeitura preparou um ginásio esportivo e o prédio de um colégio profissionalizante para os desabrigados.

"Ao menos 30 pessoas estavam no local na hora do acidente, mas não dá pra saber se há mortos. Falar em números agora é precipitado. As cenas são trágicas, foi uma tragédia que aconteceu na nossa cidade", diz o jornalista Roberto Verona, 50, que passou pelo local logo após o rompimento da barragem. Segundo ele, onde se vê agora lama e água havia uma área de reflorestamento.

Na noite desta quinta, o diretor-presidente da Samarco, Ricardo Vescovi, lamentou, em vídeo divulgado na internet, o acidente. Segundo ele, ainda não era possível confirmar as causas e a extensão do ocorrido. A empresa afirma ter se mobilizado para atender as pessoas e mitigar os danos ambientais.

Bombeiros de BH e Ouro Preto dizem que a empresa checkou o total de funcionários resgatados e 15 não foram localizados até a noite desta quinta. Familiares se reuniram no Hospital Monsenhor Horta atrás de notícias.

MEIO AMBIENTE

Após uma vistoria, a Copasa (Companhia de Saneamento de Minas) concluiu que o caso não afetou nenhum manancial que compõe a bacia do Rio das Velhas, um dos sistemas que abastece a região metropolitana de BH. O monitoramento vai continuar. O Ministério Público de Minas Gerais abriu inquérito, conduzido por cinco promotores, para apurar as causas e responsabilidades. Segundo o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto, é prematuro tirar conclusões, mas ele descarta se tratar de um "acaso". "Nenhuma barragem se rompe por acaso, isso não é uma fatalidade. Precisamos de rigor nesta apuração."

O Ministério Público enviou uma equipe de técnicos para avaliar o impacto do rompimento. A Secretaria de Meio Ambiente de Minas diz que a última licença para a barragem havia sido concedida em 2013 e que problemas não foram encontrados à época.

A presidente Dilma Rousseff colocou à disposição as [forças nacionais](#) para ajudar no resgate de desaparecidos.

OUTROS CASOS

Em 2014, um acidente na [barragem da Mineradora Herculano](#), no dia 10 de setembro, em Itabirito (a 58 km de Belo Horizonte), deixou ao menos três trabalhadores mortos. Na época, o rompimento da barragem provocou o deslizamento de um grande volume de rejeitos de minério e lama, que atingiu veículos da empresa e matou os funcionários.

Em 27 de maio de 2009, a barragem Algodões 1, em Cocal (282 km de Teresina), [se rompeu e matou oito pessoas no Piauí](#). O acidente liberou todos os 50 milhões de litros de água armazenados.

Uma comissão independente formada por quatro professores da UFPI (Universidade Federal do Piauí) afirmou na época que a barragem Algodões 1 estava sem manutenção havia cinco anos.

Cinco anos antes, uma inundação decorrente de um vazamento na Barragem de Camará (152 km a oeste de João Pessoa, na Paraíba) [matou ao menos três pessoas, duas em Alagoa Grande e uma em Mulungu](#), além de deixar outras 1.600 desabrigadas nos dois municípios.

Os municípios mais atingidos pela enchente -Alagoa Grande e Mulungu- ficam rio abaixo logo depois da barragem, na região do Estado conhecida como "brejo" -que divide o litoral do sertão.

Alagoa Nova, onde fica a barragem, teve poucos estragos em casas na zona rural, pois a construção fica na parte baixa da cidade.

Araçagi, Alagoinha, Mamanguape e Rio Tinto, as duas últimas já localizadas próximo ao litoral paraibano, também sofreram transtornos.

Fonte: Folha, 2015.

Com base nas sequências apresentadas na notícia em estudo, observamos que o modo como o assunto foi exibido no livro didático é similar à forma em que ele foi abordado pela Folha (2015), tendo em vista, principalmente, o efeito de imparcialidade do discurso jornalístico. Porém, embora as informações apresentadas em ambas as formações discursivas pouco difiram uma da outra, ressaltamos que, no processo de reacomodação desse texto no livro didático, a supressão de sequências apresentadas pelo RD2, como a SD6 “[n]a hora do rompimento, um funcionário da empresa Samarco, responsável pela barragem de contenção de rejeitos, morreu no local”; e a SD7 “Bombeiros de BH e Ouro Preto dizem que a empresa checkou o total de funcionários resgatados e 15 não foram localizados até a noite desta quinta” (FOLHA, 2015, [s.p]) significa. Compreendemos que o foco em se deixar ver uma passagem como esta, mostrada pela SD2, “havia de 25 a 30 funcionários na empresa” (FOLHA, 2015, [s.p]), promove um empenho para não se deixar dizer/ver/saber, que um trabalhador já estava morto, e 15 funcionários ainda estavam desaparecidos.

É o que compreendemos com o apagamento dessas sequências: interdita-se a confirmação da morte de um trabalhador da empresa responsável pelas barragens, cujo nome foi anunciado, e o desaparecimento de 15 funcionários até o momento de a notícia ser divulgada, em razão de que esses informes são mais suscetíveis a produzirem sentidos para muitas direções. O modo de o livro didático fazer circular os saberes coopera para a “limpeza de dados” que possam suscitar a produção de sentidos indesejados. Isso favorece a produção de efeitos discursivos que reverberam sócio historicamente na legitimação dos dizeres instituídos pela classe dominante e, conseqüentemente, na validação do poder das discursividades produzidas no âmbito escolar. Apresentam-se, na formação discursiva pedagógica, passagens que, supostamente, não parecem ser perturbadoras, mas que não se deixa sobressair, por exemplo, a questão da relação de classes.

Ao considerarmos a educação, de acordo com Orlandi (2012b), como “uma educação de classe” (ORLANDI, 2012b, p. 47), sublinhamos, neste ponto, marcas do efeito de homogeneização dos dizeres nos processos discursivos na instância da reacomodação da notícia no arquivo do livro didático. Isso porque ao se filiar à autenticação de “sentido um”, legitimado pelas classes dominantes, o Aparelho Escolar propicia a produção de um efeito de apagamento e de silenciamento da luta de classes: apaga no eixo da (re)formulação, quando o sujeito na função-autor suprime os recortes interditados; e silencia na ordem do discurso, quando certos efeitos de sentido são impedidos de ser produzidos devido a essa supressão.

A classe dominada mantém-se alheia e, assim, indiferente ao jogo de forças na luta pelo poder, permanecendo ante à luz da universalização das relações de produção-reprodução-dominação sociais capitalistas administradas pelas classes dominantes. No âmbito da produção do arquivo do livro didático, a autoria trabalha sob o efeito de determinação dos discursos sobre o sujeito, permeado, concomitantemente, pela liberdade e pela responsabilidade da função sujeito-autor filiada aos princípios estabelecidos sócio, histórica e ideologicamente, afetada por regulamentações institucionais.

Continuando com as sequências discursivas exibidas a partir de RD2, destacamos a SD8 “Segundo o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto, é prematuro tirar conclusões, mas ele descarta se tratar de um ‘acaso’. ‘Nenhuma barragem se rompe por acaso, isso não é uma fatalidade. Precisamos de rigor nesta apuração’” (FOLHA, 2015, [s.p]). Ao suprimir essa sequência, o livro didático deixa de fora informações que comprometem a responsabilidade dos encarregados de cuidar, supervisionar, as barragens, tendo em vista que há uma investigação oficial acerca do acontecimento. O recorte apresentado na formação discursiva pedagógica está delimitado à SD9 “Muitas pessoas foram levadas ao abrigo improvisado para os desabrigados na Arena Mariana e outras buscaram abrigo em uma região de mata na parte mais alta de Paracatu de Baixo, de acordo com a Guarda Municipal” (FOLHA, 2015, [s.p]). Não se expõe nada sobre averiguação da tragédia. A notícia é finalizada no livro com a SD9, produzindo um efeito de fecho ao texto e de resolução da situação.

É possível verificar essa ideia de ‘conflito resolvido’, também, na formação discursiva jornalística pela imagem (SD10), que apresenta um número de pessoas, em sua maioria mulheres, em um espaço coletivo. Pelas malas, pelas roupas, pelos colchões e pelo tipo de movimento capturado pela fotografia, essas pessoas estão se organizando, no que aparenta ser um dos abrigos destinado às pessoas atingidas com o rompimento das barragens localizadas na região próxima à Mariana. As sequências SD9 e SD10 fazem produzir efeitos discursivos que nos permitem pensar que, de imediato, o ocorrido está sob controle, as pessoas foram levadas para um local seguro. Dessa forma, entendemos que a foto do abrigo, assim como a imagem do mapa, está sendo utilizada para endossar as informações apresentadas, na notícia, seguindo a mesma lógica de garantir, pela imbricação entre verbal e não verbal, o direcionamento de sentidos.

Esse princípio autoriza-nos mencionar que a aparição da segunda imagem (SD10) exibida na notícia não promoveria, previamente, a produção de sentidos não filiados ao campo escolar. Sendo assim, dada a maneira em que os apagamentos de outras

sequências, como a SD8 foram realizados, no processo de reacomodação dessa notícia no arquivo do livro didático, compreendemos que a supressão da sequência discursiva SD10 produz um efeito de associação exclusiva à questão estrutural do livro didático. Dessa forma, institui-se o regime de apagamento que, imaginariamente, está associado apenas à extensão textual em vez de estar, prioritariamente, atento ao silenciamento de sentidos possíveis, porém, indesejados. Mas isso é apenas efeito. É importante ressaltar que, da nossa perspectiva teórica, associado ou não à extensão textual, há sempre recortes que se configuram como gestos de interpretação atravessados pela posição de autoria, em que a instrumentalização é ideologicamente trabalhada como neutralidade, isenção.

Fomenta-se, aí, o efeito de imparcialidade discursiva no âmbito de ambas as formações discursivas, uma vez que, no livro didático, a SD9 representa, linguisticamente, a SD10, portanto, a supressão desta produz o efeito de aleatoriedade nos processos discursivos de instituição do arquivo que circula no domínio discursivo pedagógico. Em relação à notícia mostrada no *site* da Folha, a SD10 ajuda a sustentar as informações sobre a ação das autoridades competentes frente ao desastre. Como podemos observar a partir do RD2, se, na notícia exibida no âmbito da formação discursiva jornalística, esse efeito se materializa no discurso relatado ‘Bombeiros [...] dizem que’; ‘Segundo o promotor...’ (FOLHA, 2015, [s.p]), produzindo um distanciamento de quem diz em relação ao que é dito, na formação discursiva pedagógica, há apagamentos de passagens da notícia que produz o efeito de autoridade do livro didático que avalia e decide sobre o que fica e o que retira das coisas a saber.

Com base no que estamos circunstanciando, compreendemos que os apagamentos que sucedem no âmbito da produção do arquivo do livro didático tratam-se, especialmente, de olhar para o que está sendo ensinado, mas, também, para o modo como está se ensinando na escola. A maneira de engendrar os conhecimentos a saber no campo escolar é fruto do trabalho de autoria, que está inscrito no interior dos Aparelhos Ideológicos, que regulam a instituição do efeito de higienização dos conflitos na abordagem dos assuntos tematizados. Dessa maneira, uma das tarefas do sujeito na função-autor é contornar a possibilidade de o(a) professor(a) e o(a) aluno(a) inscreverem-se em uma posição de sujeitos críticos, que possam fugir do controle da produção de efeitos de sentido estabelecidos institucionalmente.

Aludimos à questão da divisão social de classes, considerando, essencialmente, dois pontos: a) os sujeitos atingidos diretamente com rompimento das barragens representam a classe trabalhadora; b) os sujeitos responsáveis pela empresa mantenedora

representam a classe dos proprietários, os capitalistas ‘burgueses’. Com base nesses elementos, salientamos que, no arquivo do livro didático, ficam de fora as sequências discursivas, como, por exemplo, a SD8, que podem fazer submergir discussões que abram brechas para a instituição de reflexões que promovam, para a classe trabalhadora, a consciência de classe. Nas relações de produção-reprodução capitalistas, não é lucrativo para os patrões, os diretores, os chefes, as instituições, de modo geral, que os trabalhadores tenham a perspicácia para entender que há uma divisão de classes e menos benéfico ainda que eles possuam clareza a respeito da luta pelo poder entre essas classes.

A partir desse princípio e com base na supressão da SD8 no âmbito da formação discursiva pedagógica, salientamos que não se pode deixar em evidência que as vítimas da tragédia ocorrida em Mariana são os trabalhadores; os responsáveis são os patrões, os chefes, os diretores. Passagens como essa da SD8 “[n]enhuma barragem se rompe por acaso, isso não é uma fatalidade” (FOLHA, 2015, [s.p]), autorizam-nos conjecturar que, supostamente, a empresa não vinha tomando os cuidados necessários para se manter a segurança máxima dos funcionários. Na recomodação dessa notícia no campo escolar, apagam-se as discursividades que remontam pré-construídos de que os trabalhadores não estão assegurados pelas instituições a que prestam serviços. De certo modo, o silenciamento funciona, neste ponto do livro didático, omitindo para o seu público-alvo a falta de amparo aos direitos da classe trabalhadora.

Considerando que os professores da educação básica são parte dessa classe, salientamos que o arranjo textual recomodado no arquivo do livro didático silencia aspectos que podem consolidar as desigualdades no interior da própria classe trabalhadora, tendo em vista que os professores constituem um grupo discriminado pelas condições sociais nas quais atuam. Por um lado, sustenta-se o estereótipo da figura do docente mal-afortunado; por outro lado, atribui-se, exclusivamente, ao professor a responsabilidade pelo fracasso educacional, no que diz respeito aos índices de avaliação escolar interna e externa. A sistematização engessada do fazer docente produz um esforço para interditar a possibilidade de se alterar o curso do discurso pedagógico e, conseqüentemente, o modo de olhar para o livro didático, passando-o de compilado de informações arquivadas para a reprodução em massa, a objeto mediador dos conhecimentos nas práticas em sala de aula.

Retomando o RD1, no arquivo do livro didático, predominam sequências discursivas que apontam a dedicação do trabalho da autoria em assegurar um efeito de unidade dos sentidos, como observamos pela SD11 “[a] força da enxurrada destruiu

centenas de casas, arrastou veículos e caminhões. Um carro chegou a parar em cima do muro de uma casa” (CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 207), tendo em vista o empenho em realçar algo que, preliminarmente, dada a importância do fato, parece ser secundário, irrelevante. É apenas mais uma informação repassada, reforçando o efeito de homogeneização dos sentidos que se quer deixar ver/reproduzir no âmbito escolar. Essa premissa faz suscitar, no político, o efeito que há um sentido verdadeiro sobre as coisas a saber, endossando a instituição e o alto valor do sentido central, ‘um’ – das classes dominantes –, em oposição à desvalorização dos outros sentidos possíveis.

Esse é um efeito do trabalho da autoria: mostrar neutralidade discursiva, apresentar informações que pareçam imparciais, legítimas, sem necessidade de grandes discussões. Entra aí um jogo de forças de poder, que reflete, na luta de classes, que não pode ser visível no campo escolar. Portanto, a SD11 configura ao texto reacomodado, no livro didático, a função de repassar informações, ao passo que as SD6 e SD8, por exemplo, se (re)formuladas na formação discursiva pedagógica, certamente, romperiam com o efeito de imparcialidade almejado, isto é, ela repercutiria no processo de produção de efeitos de sentido, instalando a probabilidade de se instaurar, aos olhos da classe trabalhadora, sentidos que refletem descaso para com os operários. No que diz respeito à formação discursiva jornalística, essas mesmas sequências discursivas SD6 e SD8 propiciam um efeito reverso, pelo qual a isenção partidária é garantida por mostrar aos sujeitos em interlocução, com o *site* da Folha, o comprometimento em divulgar o maior número de dados possíveis ao seu público.

Essa compreensão corrobora que, na passagem de uma formação discursiva para a outra, os dizeres permitem a produção de efeitos de sentido desiguais. No recorte apresentado pela Folha (RD2), esse tipo de formulação que revela informações que podem produzir sentidos para muitas direções demonstra o interesse em comunicar ao leitor o máximo de detalhes sobre o acontecimento, produzindo, assim, o efeito de credibilidade, de compromisso em relatar os fatos que acontecem, sobretudo, coletivamente. Já, a partir do recorte exibido pelo livro didático (RD1), é o apagamento dessas formulações que favorece a produção de sentidos não almejados, que se promovem os efeitos de autenticidade do discurso pedagógico. Sendo assim, ambas as formações discursivas em destaque, a seu modo, mantêm a função de neutralizar o discurso.

Podemos verificar, com base no RD2, sequências como a SD12 “[em] 2014, um acidente na barragem da Mineradora Herculano, no dia 10 de setembro, em Itabirito (a 58 km de Belo Horizonte), deixou ao menos três trabalhadores mortos” (FOLHA, 2015,

[s.p]); a SD13 “Em 27 de maio de 2009, a barragem Algodões 1, em Cocal (282 km de Teresina), se rompeu e matou oito pessoas no Piauí” (FOLHA, 2015, [s.p]); ou a SD14 “Cinco anos antes, uma inundação decorrente de um vazamento na Barragem de Camará (152 km a oeste de João Pessoa, na Paraíba) matou ao menos três pessoas, duas em Alagoa Grande e uma em Mulungu” (FOLHA, 2015, [s.p]), certa similitude com a tragédia ocorrida em Mariana, como observamos, principalmente pelo fato apresentado pela SD6. Todas essas sequências discursivas não entraram no recorte (RD1), que foi selecionado para compor o arquivo do livro didático, não se deixa ver que nesta e em outras tragédias semelhantes os prestadores de serviço morreram em atividade.

Da nossa perspectiva, ao apagar essas informações, o livro didático busca interditar discursividades que propicie à classe trabalhadora tomar consciência do menosprezo que é atribuído à segurança dos operários, em nome da alta produtividade no interior das relações da produção capitalista. Esse modo de silenciar impõe aos professores(as) a delimitação das práticas discursivas em sala de aula, cujo foco está em disseminar os conhecimentos apresentados sobre um conteúdo no livro didático, com o intuito de alcançar bons resultados avaliativos. No processo de ensino e de aprendizagem da Língua Portuguesa, isso implica a exigência de respostas corretas, o que valida a convicção de que há um sentido verdadeiro, uno, a ser encontrado. Nesse delineamento, o livro didático é concebido como objeto a ser dominado com base nos conhecimentos que devem ser ensinados/aprendidos.

A preferência pela seleção de sequências discursivas como a SD15 “[a] tragédia só não foi maior em Paracatu de Baixo porque a Guarda conseguiu avisar os moradores a tempo de deixarem suas casas” (CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 207) em vez de mostrar outras passagens de casos semelhantes à catástrofe em foco como esses exibidos a partir da SD12, da SD13 e da SD14, apaga no campo escolar, o outro possível. Esse modo de (re)formular o texto, no livro didático, suprime as brechas que, eventualmente, dariam espaço para a produção de sentidos que, certamente, instituiria uma controvérsia com a diligência que tem se mostrado ser, instituir um efeito de homogeneização ao texto reacomodado no âmbito da formação discursiva pedagógica.

Vimos que no campo escolar a inquietação em empreender a homogeneização dos efeitos de sentido ocorre pela possibilidade de se polemizar o assunto tematizado, isto é, busca-se homogeneizar os efeitos de sentido a partir das discursividades que podem se dispersar do regularizado e produzir dizeres indesejados em regiões de sentidos estabelecidas. Cabe-nos ressaltar que o efeito de engendramento de sentidos está inscrito

nas formações ideológicas em que se filia o trabalho do sujeito-autor, isto é, pela posição discursiva do sujeito na função de autoria filiado ideologicamente a determinados discursos, também, institui-se o direcionamento dos sentidos. É importante reiterar que essa tomada de posição decorre no interior dos Aparelhos Ideológicos. Assim, a escolha dos textos e dos recortes dos textos que instituem o arquivo do livro didático é realizada a partir da identificação do sujeito-autor com determinadas formações discursivas e, concomitantemente, sob a regulação institucional.

A (re)formulação textual promovida no âmbito da formação discursiva pedagógica é responsabilidade da autoria que pelo funcionamento do esquecimento nº 2, trabalha no fio do discurso, para reformular enunciados em uma tentativa de aproximá-los das orientações normativas estipuladas pelo edital de seleção e de avaliação na qual a sua obra didática está inscrita. O sujeito, na função-autor, traz para o livro didático dizeres sobre determinados assuntos, que já estão em circulação social. Dessa forma, ele exhibe o que representa a sua tomada de posição a respeito dos conhecimentos a saber no campo escolar, de um modo institucionalizado, com o intuito de tamponar as discursividades que podem suscitar conflitos entre as diversas vozes em interlocução com o livro didático.

Embora as formações discursivas em pauta possuam formas-sujeito distintas e direcionam-se para públicos diferentes, a (re)formulação de textos que produzem o efeito de completude dos dizeres e a concepção de texto como um objeto fechado são marcas que as aproximam. O Aparelho Ideológico Escolar e o Aparelho de Informação apresentam regimes discursivos similares no que diz respeito à função de relatar algo sobre um assunto, de determinado modo, projetando interlocutores determinados. Essas características inscrevem as formações discursivas pedagógica e jornalística no discurso autoritário, considerando que ambas tendem à reprodução deste, gerida por um agente autorizado – professor(a), jornalista – que domina o assunto.

Os leitores não são expostos à polissemia aberta, tanto pelo objeto notícia quanto pelo texto escolarizado, contendo a tensão constitutiva da relação entre ideologia, sujeito e linguagem. Em ambas formações discursivas, prevalece o caráter transmissivo da informação e não o enfrentamento do objeto. No texto jornalístico já se espera esse funcionamento discursivo, mas, no texto escolarizado, em que se pressupõe objeto desencadeador de interpretações múltiplas, a metalinguagem é o que adquire centralidade, porque ela é própria da instituição escolar (ORLANDI, 2006). A notícia, aí, não é a questão, a questão é obter respostas dirigidas, capazes de serem aferidas como certas ou

erradas. No jogo polissêmico não haveria espaço para o certo e o errado, mas, sim, para a tensão aberta sobre um mesmo objeto.

Partindo das considerações que apresentamos ao longo desta seção e as condições que perpassam questões referentes ao processo de ensino e de aprendizagem, realçamos que, de modo geral, o livro didático representa, fundamentalmente, a difusão de um ‘discurso de verdade’. Essa premissa corresponde ao imaginário cristalizado de que o ensino de Língua Portuguesa se restringe à transmissão de conhecimentos linguísticos, gramaticais e à prática de uma leitura técnica, instituídos pela ideologia dominante. Considerando que o Aparelho Ideológico Escolar também é responsável pela organização dos conhecimentos na sociedade, para que o fazer pedagógico seja mais significativo, faz-se necessário romper com a noção de verdade legitimada, com a evidência demarcada do saber reproduzido para formar sujeitos que ocupem lugares sociais já estabelecidos, cumprindo papéis e suas funções determinadas.

É preciso atentar aos discursos de convicções alienadoras que interditam, no espaço escolar, as oportunidades de se formar sujeito-alunos(as) habilitados(as) para pensar criticamente e apontar a resolução de problemas. Isso implica tecer uma abordagem que favoreça o desenvolvimento de práticas pedagógicas que consideram a Língua mais além dos seus mecanismos linguísticos, desviando da pedagogia do silenciamento de sentidos, desconstruindo padrões cristalizados de que há leitura transparente e um sentido verdadeiro. É imprescindível pensar o ensino como processo discursivo, que possibilite aos professores(as) e aos alunos(as) espaço para reflexões, para questionamentos e para discussões, permitindo o afloramento de sentidos múltiplos.

Considerações finais

A partir da ótica teórico-metodológica da Análise de Discurso de base pecheuxtiana a que nos filiamos, investigamos o modo como uma notícia oriunda da formação discursiva jornalística foi reacomodada no âmbito da formação discursiva pedagógica. Apresentamos a nossa compreensão do funcionamento dos gestos de silenciamento produzidos por meio dos processos discursivos de (re)formulação desse texto que ajuda a fundar o arquivo constitutivo do livro didático. Mostramos, a partir das análises das sequências discursivas que constituem o nosso *corpus* investigativo, como certos efeitos de sentido estão sendo produzidos, na passagem da formação discursiva jornalística para a formação discursiva pedagógica. Eis a função do analista de discurso: mostrar ao olhar leitor aquilo que não se vê apenas na e pela intradiscursividade.

Como demonstramos, os recortes apresentados no e pelo livro didático produzem um efeito de fechamento pela estrutura da linguagem. No entanto, a exterioridade (o silêncio fundador, constitutivo e local) é constitutiva da linguagem, que em razão da sua natureza incompleta, funda um espaço para tudo ainda poder se dizer, inclusive formulações que, dadas as condições de produção, estão mais propícias a produzirem sentidos indesejados em determinadas regiões do dizer. Cabe-nos reiterar que nesse espaço do tudo poder se dizer antes das palavras emergirem, mesmo assim, não se pode dizer tudo. As discursividades apresentadas no livro didático não se iniciam e não se finalizam no arquivo, o desafio dos(as) professores(as) e dos(as) estudantes é saber lidar com cada situação languageira, articulando os usos formais da linguagem nas relações de interlocução dentro e fora do domínio discursivo escolar.

Ao verificarmos como o efeito-autoria se constitui no movimento de reacomodação dos textos em análise, constatamos como as regras de produção do arquivo do livro didático são institucionalizadas e, da nossa perspectiva isso delimita o trabalho da autoria. Há regulamentações sócio-políticas e ideológicas institucionalizadas como, por exemplo, pela regulação do PNLD (BRASIL, 2015), pelo trabalho das editoras, pela escolha do que vai e do que não vai para o livro didático, pelo modo como aquilo que vai para o livro será trabalhado etc. Assim, no rearranjo constituído institucionalmente pelos mecanismos de apagamento e de silenciamento de sentidos desautorizados a circularem na formação discursiva pedagógica, institui-se discursos pré-estabelecidos, busca-se interditar o aparecimento de falhas, de equívocos, determinando, assim, um efeito de homogeneidade. Dessa maneira, no movimento de silenciamento se estabelece o efeito de unidade e a instituição de sentidos homogeneizados por meio de processos parafrásticos.

Do lugar dos(as) professores(as) de Língua Portuguesa da educação básica do Tocantins, assinalamos que é indispensável e urgente agregar discussões a respeito do livro didático em nossa formação continuada. Face ao que circunstanciamos nesta pesquisa, propomos que os cursos de formação de professores(as) incluam análises sobre o livro didático, os saberes e as formas de abordagem desses saberes, em sua pauta formativa. Da nossa perspectiva, análises, como a que apresentamos nesta tese, auxiliam os(as) professores(as) a repensarem os modos como os livros didáticos estão sendo utilizados no domínio discursivo escolar. Outro ponto que consideramos fundamental para se ponderar a partir de pesquisas que versam sobre essa temática é a preparação dos(as) professores(as) para as mudanças que vêm ocorrendo na educação há algum

tempo como, a implementação da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) e do *Novo Ensino Médio* (BRASIL, 2017).

Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado* (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em 20 de set. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio* /Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. *Edital de convocação 04/2015 - CGPLI*. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=39561-pnld-2018-edital-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 20/09/2021.

BRASIL. Ministério da educação e do desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEF, 2000. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf >. Acesso em 20 de set. 2021.

CEREJA, W. R.; VIANNA, C. D.; DAMIEN, C. *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27957/29729> >. Acesso em 22 fev. 2023.

MARIANI, B. S. C. (In)dizível, in(dizível), in(visível): linguística, análise de discurso, psicanálise. In: MARIANI, B. S. C. *et. al.* (Orgs). *Indizível, imperceptível e ininteligível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos*. Niterói, Rio de Janeiro: 2017. p. 31-47.

MITTMANN, S. Apresentação – Princípios fundamentais e questões (não tão) particulares sobre a autoria. In: MITTMANN, S. (Org.). *Autoria na disputa pelos sentidos*. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2016, p. 7-11.

MITTMANN, S. Texto imagético e autoria. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L (Orgs.). *Memória e história na/da análise de discurso*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2011. p. 91-104.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, E. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et. al. *Papel da memória*. 4.ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015. p. 53-62.

ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012b.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. *A linguagem em seu funcionamento: as formas do discurso*. 4.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, E. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Produção e circulação do conhecimento: Estado, Mídia e Sociedade*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001, p.21-30.

PÊCHEUX, M. [1983]. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. 7.ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 59-158.

FOLHA Cotidiano. Rompimento de barragens atinge dois distritos em Mariana (MG). *Folha.de São Paulo*, 2015. Disponível em: < <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1702906-rompimento-de-barragens-atinge-distritos-em-mariana-mg.shtml> >. Acesso em: 15 fev. 2022.

TFOUNI, F. E. V. Interdito e silêncio: análise de alguns enunciados. *Ágora*, Rio de Janeiro v. 16 n. 1, p. 39-56, jan./jun. 2013. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/agora/a/8JhfRv3hqfxNSbHzBH7ZLYj/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em 22 fev. 2023.